

**AJES – INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS  
E RESPECTIVAS LITERATURAS**

**INCLUSÃO: AS DIFICULDADES NO DESENVOLVIMENTO E NA  
APRENDIZAGEM DO PORTADOR DE SINDROME DE DOWN.**

**Autor: Janderson Santos Pinheiro**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Esp. Eliane Bringhenti**

**JUÍNA/ 2011**

**AJES – INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS**  
**E RESPECTIVAS LITERATURAS**

**INCLUSÃO: AS DIFICULDADES NO DESENVOLVIMENTO E NA**  
**APRENDIZAGEM DO PORTADOR DE SÍNDROME DE DOWN.**

**Autor: Janderson Santos Pinheiro**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Esp. Eliane Bringhenti**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Letras – Habilitações Português/Inglês e Respectivas Literaturas, do Instituto Superior de Educação da AJES, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura Plena em Letras.

**JUÍNA/2011**

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA**  
**LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.Esp. Adilson Vagner Oliveira

---

Prof.<sup>a</sup> Esp. Kátia Fraitag

---

Prof.<sup>a</sup> ESP. Eliane Bringhenti  
ORIENTADORA

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a Deus, que iluminou o meu caminho para realização desse trabalho; aos meus pais, que são a razão do meu viver; e também aos meus irmãos: Josimar e Ana Paula, pessoas importantes na minha vida.

E a todos que me ajudaram e apoiaram nessa trajetória. Inclusive a professora Kátia Cilene rosa Gusmão de Souza, que me ajudou na busca de matérias, para realização desse trabalho.

Dedico este trabalho a minha sobrinha; Emilly ketelyn, que e a razão dos meus estudos, e em especial a minha orientadora Eliane Bringhenti, por me abrir o campo de visão para novos horizontes e a todos os alunos especiais. Que através de um só sorriso mostra carinho e a gratidão a todos nós.

## EPÍGRAFE

“onde todos sejam felizes,  
apesar das diferenças”.

VERNECK, CLAUDIA

## RESUMO

É uma pesquisa bibliográfica que leva a conhecer e refletir algumas dificuldades enfrentadas pelo portador de Síndrome de Down na escola. Quando surgiu, a definição o que é síndrome de down, uma breve reflexão sobre as características do portador de síndrome de down, os aspectos históricos, o processo de desenvolvimento dentro de suas limitações, as dificuldades enfrentadas pelo portador de síndrome de down e algumas reflexões sobre o papel da família, o papel da escola, a política nacional e educação especial, a ação pedagógica junto à criança down, o currículo, e a inclusão. Assim Pode-se notar o despreparo dos profissionais e as contradições da teoria garantida em lei e a prática realizada nas escolas. Sendo assim os estabelecimentos de ensino deveriam proporcionar aos alunos com alguma necessidade o direito a uma educação com qualidade, incentivando-os de que são capazes de desenvolver suas potencialidades e superar muitas barreiras. Os alunos estão amparados por diversas leis e pela constituição federal, cabe a cada professor e autoridades competentes tornarem-se multiplicadores dentro da unidade escolar e na sociedade.

**Palavras-chave:** Direito. Potencialidades. Inclusão. Qualificação

## **ABSTRACT**

It is a literature search that leads to know and reflect some difficulties faced by patients with Down syndrome in school. When did the definition what is down syndrome, a brief reflection on the characteristics of patients with Down syndrome, historical aspects, the development process within their limitations, the difficulties faced by patients with Down syndrome and some thoughts on the role of the family, the role of schools, national policy and special education, the pedagogical action with the child down, the curriculum, and inclusion. So may be noted the lack of preparation of professionals and the contradictions of the theory guaranteed in law and practice carried out in schools. So the schools should provide students with any need the right to a quality education, encouraging them that they are able to develop their potential and overcome many barriers. Students are supported by several laws and the federal constitution, it is up to each teacher and authorities become multipliers within the schools and in society.

**Keywords:** Right. Potential. Inclusion. Qualification.



## SUMÁRIO

|                                                                                                    |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO .....                                                                                   | 9  |
| CAPITULO: I.....                                                                                   | 10 |
| 1 A HISTÓRIA DA SÍNDROME DE DOWN.....                                                              | 10 |
| 1.1 SÍNDROME DE DOWN.....                                                                          | 11 |
| 1.2 AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PORTADOR DE SINDROME DE<br>DOWN.....                          | 13 |
| CAPITULOII .....                                                                                   | 15 |
| 2 A GARANTIA DA INCLUSÃO .....                                                                     | 15 |
| 2.1 PRÁTICA DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADE EDUCATIVA<br>ESPECIAIS EM CLASSES REGULARES..... | 17 |
| 2.2 O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO PORTADOR DA SÍNDROME DE<br>DOWN.....                             | 19 |
| 2.3 O PAPEL DA FAMÍLIA .....                                                                       | 20 |
| 2.4 O PAPEL DA ESCOLA.....                                                                         | 21 |
| CAPITULO III .....                                                                                 | 23 |
| 3 A POLITICA NACIONAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL .....                                                    | 23 |
| 3.1 A AÇÃO PEDAGÓGICA JUNTO A CRIANÇAS DOWN.....                                                   | 24 |
| 3.2 O CURRÍCULO .....                                                                              | 25 |
| 3.3 INCLUSÃO.....                                                                                  | 27 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                                         | 30 |
| REFERÊNCIAS.....                                                                                   | 32 |

## INTRODUÇÃO

A cada dia, as escolas vêm recebendo o número maior de criança, portadores de necessidade especial. Existem vários tipos de necessidades especiais, como: deficiência mental, deficiência visual e deficiência física.

A Síndrome é uma alteração genética em que os portadores apresentam algumas limitações, e alguns portadores precisam de estimulação adequada para se desenvolver.

Surgiu, por volta do século XIX. Com o passar do tempo, foram ocorrendo várias mudanças na vida dos portadores e assim vem aumentando o interesse de estarem aprimorando mais informações a respeito do portador de síndrome de down, tanto dos pais, familiares e educadores.

Há falta de informação de alguns professores em relação às dificuldades de aprendizagem enfrentada pelos portadores de necessidade especiais. Há necessidade, de realizar uma pesquisa, tendo objetivo de conhecer e tornar conhecido o tema abordado, desmistificando preconceitos, mitos entre outros.

A síndrome de down enfrentou a ignorância da cultura grega. Os deficientes, não eram aceitos na sociedade. A filosofia grega justificava tais atos contra os deficientes, postulando que essas criaturas não eram humanas, eram tratados como monstros, ou seja, pertencentes a outras espécies. (Silva, 2002, ([?]))

Os portadores da síndrome de down às vezes são considerados pelas sociedades como retardados e incapazes. A não compreensão é tanta que muitos acabam confundindo a síndrome de down com a deficiência mental.

As dificuldades existem, mas todos os portadores de síndrome de down têm o direito de serem incluídos no ensino regular.

A proposta desse trabalho é aprender, por meio de pesquisa bibliográfica, e repassar esse conhecimento, para professores, familiares a fim de que eles possam estimular o educando a desenvolver suas competências e habilidades, superando as limitações, favorecendo um desenvolvimento pleno e profissional.

## CAPITULO: I

### 1 A HISTÓRIA DA SÍNDROME DE DOWN

Muitas perguntas são feitas perante a sociedade se a síndrome de down esteve sempre presente na humanidade ou em tempos recentes? Não existem ainda respostas certas para essas perguntas, supõe-se que no decorrer da história biológica e da evolução da humanidade, ocorreram inúmeras mutações de genes e modificações cromossômicas. Investigadores acreditam que a síndrome de down tenha sido representada no passado em pictografias e esculturas.

Existiram tentativas de identificar crianças com síndrome de down em pinturas antigas, onde pintores como Andréia Montegna, artista do século XV, pintou diversos quadros relacionados a madonas com o menino Jesus, obtendo uma imagem com feição sugestiva da síndrome de down. Apesar de vários históricos citados, nenhum relatório bem documentado sobre pessoas com síndrome de down foi publicado no século XIX. A primeira descrição de uma criança portadora da Síndrome de Down foi fornecida por Jean Esquirol em 1838 e por Eduard Seguin em 1846, que descreveram um doente com feições denominadas a uma condição (idiota Furfurácea). (Sartorato, 2007, [(?)]).

Em 1866, o médico inglês Jhon Langdon Down, publicou um trabalho no qual descreveu algumas características que atualmente tem seu nome. Down merece o crédito pela descrição de característica clássicas desta condição. Assim distinguida desta criança de outras com deficiência mental; em particular aquelas com cretinismo (uma desordem congênita da tiróide). Assim a grande contribuição de Down foi seu reconhecimento das características físicas e sua descrição da condição, como entidades distintas e separadas. De acordo com a teoria da evolução de Darwin, Down acreditava que a condição que agora conhecemos como síndrome de Down, seria de um retorno racial primitivo, reconhecendo nas crianças afetadas certa aparência oriental. Down criou o termo “mongolismo” e chamou a condição inadequadamente de “idiota mongólico, implicações raciais são incorretas”. Por essa razão e por causa das conotações étnicas negativas dos termos mongol,

mongolóide e o mongolismo, terminologia desse tipo deve ser definitivamente evitada. Hoje este termo é considerado arcaico, passando a usar o termo “Síndrome de Down”.

[...] a síndrome de Down é uma condição clínica caracterizada por retardo mental, baixa estatura, alteração esqueléticas, imunológicas, vários estigmas fenótipos, bem como anormalidades de outros sistemas e órgãos; os pacientes afetados apresentam vários indícios de um processo precoce de um envelhecimento. [...] (SHWARTZMAN, 2003, 15).

O progresso registrado na área da biologia molecular permitiu que, em 1959, o professor Jerome Lejeune e seus colaboradores descobrissem o cromossomo 21 extra, que é responsável pela desordem de desenvolvimento. Lejeune foi considerado o pai da genética moderna. Os primeiros casos de translocação foram descritos em 1960 por Polani e colaboradores e em 1961, o primeiro caso de mosaicismos por Clarke e colaboradores, e hoje sabe-se que a trissomia da parte distal do braço longo do cromossomo 21 que é responsável pela síndrome. Sabe-se que a síndrome de Down não é uma doença, mas sim uma alteração genética que ocorre na formação do bebê, no início da gravidez. (Alencar, 2007, [(?)]).

## 1.1 SÍNDROME DE DOWN

Conforme Schwartzman (1999, p. 03), “A síndrome de Down é um decorrente de um erro genético presente desde o momento da concepção ou a medianamente após a concepção (...)” acaba resultando em uma alteração genética que possui em cada célula do corpo, cromossomos que são responsáveis pela formação da cor dos olhos, alturas, sexo. Cada célula é formada por 46 cromossomos, tendo 23 paternos e 23 maternos iguais, dois a dois, portanto existem 23 pares de cromossomos em cada célula. Então um desses cromossomos chamados de número 21, que é alterado na síndrome de Down. Assim o portador de síndrome de Down tem um cromossomo 21 a mais, obtendo três cromossomos 21 em todas as células ao invés de dois.

Segundo Pueschel, (1990, p. 57) é frequente a pergunta como o cromossomo extra entra na célula. A falha da divisão celular pode ocorrer em três

lugares; no espermatozóide, no óvulo ou durante a primeira divisão da célula, após a fertilização. E assim, para diagnosticar a síndrome é preciso à realização de estudo cromossômico. Sendo assim, serão verificados a trissomia livre 21, a translocação cromossômica e o mosaicismo do cromossomo 21.

Na trissomia 21 os portadores de síndrome de down são apresentados 47 cromossomos em todas as células. Isso é ocorrido devido ao acidente genético entre 80% dos casos, onde se deve a uma não disjunção cromossômica na meiose materna, um conhecimento que se associa a idade materna elevada.

[...] um fator bastante conhecido já algum tempo é o de que a ocorrência de síndrome de Down está associada com a idade avançada da mãe (ou seja) quando mais velha a mãe, maior o risco de ter uma criança com síndrome de Down. (PUESHEL, 1990, 63).

Já na translocação cromossômica os casos são que os portadores de síndrome de down, possuem o número de cromossomos (46) em todas as suas células, possui um pedaço a mais do cromossomo 21 aderido a outro cromossomo. O que mais são freqüentes encontrar no cromossomo 21 no caso da translocação é os acrocêntricos: 13, 14, 15, o próprio 21 e o 22. Na maioria das vezes é considerado um evento novo por acidente.

É importante descobrir cedo se uma criança tem síndrome de down de translocação, na maioria das vezes em um terço dos casos os pais são os portadores. Se em caso o pai ou a mãe seja normal tanto fisicamente e sua quantidade de material genético normal. Dois cromossomos desse indivíduo estarão ligados a outro, que resultará em número total de 45 cromossomos ao invés de 46. A pessoa denominada pode ocorrer de ter outros filhos com síndrome de down. Os pais necessitam de um aconselhamento genético específico.

O mosaicismo do cromossomo 21 é considerado como um erro na primeira divisão celular, onde o bebê nasce, é encontrada alguma célula normal de 46 cromossomos.

o mosaicismo geralmente ocorre em torno de 1% das crianças com essa desordem o mosaicismo é menos freqüente nos portadores da síndrome de down, já em outros portadores apresentam traços menos favorecido da síndrome, seu desempenho é menos intelectual para crianças com trissomia 21. Não importando o tipo da trissomia 21, a translocação ou o mosaicismo. O responsável por todos os traços físicos e específico será sempre o cromossomo 21, sua função intelectual limitada e observada na

grande maioria das crianças com síndrome de down. (PUESCHEL 1990, p. 61).

Essa desordem são menos freqüentes nos portadores de síndrome de down, devido à distribuição de células, onde essas distribuições ocorrem na segunda ou na terceira divisão do conceito. Assim algumas células são normais e outras têm trissomias 21. Onde esta mistura dá o nome de mosaico ou trissomia 21, ou seja, tem 47 cromossomos. E considerado um número pequeno de casos na síndrome de down e devido a uma trissomia por translocação como, por exemplo, clássico e o rearranjo do cromossomo 14 com o cromossomo 21.

## **1.2 AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PORTADOR DE SÍNDROME DE DOWN**

A característica das crianças com síndrome de down é formada através de materiais genéticos. Obtendo um ritmo mais lento no seu desenvolvimento. Com o material genético do cromossomo 21 as crianças portadoras de Síndrome de down, acabam obtendo suas características em comum e se parecem um pouco entre si.

As características físicas da criança com Síndrome de Down são importantes para o médico por razões diagnósticas. No entanto deve-se frisar que as crianças com Síndrome de Down são mais semelhantes do que diferentes das crianças da comunidade (PUESCHEL, 1990, 79).

Após o nascimento, a criança apresenta algumas características físicas, olhos amendoados, uma prega palmar transversal única, dedos curtos, fissuras pálpebras oblíquas, ponte nasal achatada, língua protrusa, pescoço curto, ponto branco nas Iris, uma flexibilidade excessiva nas articulações, defeito cardíacos congênitos.

A criança com síndrome de down apresenta a maior probabilidade de um comprometimento com a saúde em relação às alterações congênitas, esse comprometimento pode afetar o coração, os pulmões, a coluna cervical, a produção de hormônios, a visão e a audição.

Por isso, quando a criança nasce, deve passar por um minucioso exame cardiológico, onde inclui; batimentos cardíacos, a constatação da presença de sopro, exame anatômico do tórax, com realizações de exames completos o eletrocardiograma é o principal o eco cardiograma.

É de fundamental importância que o médico não enfatize como demais as características físicas da criança e sim apresente o bebê com Síndrome de Down, como um ser humano que necessita de cuidados e carinhos (PUESCHEL, 1990, p. 83).

O cuidado com a saúde da criança portadora da síndrome de Down são essenciais e necessários de grandes preocupações. Onde a criança deverá ser acompanhada por especialista e encaminhada para o programa de estimulação precoce iniciando aos 15 dias após o nascimento.

Os portadores de Síndrome de Down têm personalidades variadas, estilos de aprendizagem diversos, assim como; inteligências, aparências, obediência e humor.

## CAPITULO II

### 2 A GARANTIA DA INCLUSÃO

**A lei nº 7.853, de outubro de 1989.** Dispõem sobre o apoio as pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, normas que asseguram o exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência, sendo considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade. Da justiça social, do respeito á dignidade humana, do bem estar, e outros, indicados na constituição ou justificados pelos princípios gerais de direitos e ações governamentais necessária ao seu cumprimento.

No artigo 2º compete ao poder público e seus órgãos assegurar as pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos a educação, a saúde, ao trabalho, ao lazer, a previdência social, ao amparo a infância e a maternidade, e de outros que, decorrentes da constituição e das leis, propicie seu bem estar pessoal, social e econômico.

No artigo 3º fica estabelecida que as ações civis públicas a proteção de interesse coletivo ou difuso das pessoas portadoras de deficiência, leis que são proposta pelo ministério público, que inclua entre suas finalidades instrucionais, a proteção das pessoas portadoras de deficiência, interesse que poderá requerer as autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessários.

No artigo 5º compete ao ministério público intervir obrigatoriamente nas ações públicas coletivas ou individuais, em que se refere e discuta os interesses relacionados às deficiências das pessoas.

No artigo 6º cabe ao ministério público instaurar o inquérito civil ou requisito, de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou particular, promovera fundamentadamente o arquivamento do arquérito civil, deverá remeter a reexame os autos ou respectivas peças, onde o conselho superior do ministério pública que examinara, deliberando respeito, conforme dispuser seu regimento.

No artigo 8º compete a constituição crime punível de 1 a 4 anos e multa recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa a



inscrição de alunos em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau público ou privado de sua deficiência que portar.

No artigo 9º cabe a administração pública conferir aos assuntos relativos às pessoas portadoras de deficiência os tratamentos específicos para que seja especificamente ensejado o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais. Bem como a sua integração social.

No artigo 10º fica estabelecida a coordenação superior, formular a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, seus planos, programas e projetos e cumprir as instruções superiores que lhes digam respeito com a cooperação dos demais órgãos públicos.

No artigo 12º compete a corde elaborar planos, programas e projetos subsumidos nacional para a integração de pessoas portadoras de deficiência, bem como propor as providências necessárias a sua completa implantação e seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos e o caráter legislativo.

No artigo 17º foram incluídas no censo democrático de 1990, questão que estão relacionadas à Problemática da pessoa portadoras de necessidades especiais, obtendo o conhecimento e os números de pessoa com deficiência em nosso país.

Sabe-se que muitas pessoas desconhecem essa lei, ela é fundamental, foi criada para garantir as pessoas com deficiência a sua integração social. Incluindo o direito a educação, a saúde, ao trabalho, ao lazer e a providência social. No âmbito educacional, a lei reforça os direitos da criança com deficiência a educação. Estabelece como crime punível com reclusão de 1 ano a 4 anos, e multa: I. Recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de Um aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta. O objetivo fundamental da República Federativa do Brasil é promover o bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras forma de discriminação.

## **2.1 PRÁTICA DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADE EDUCATIVA ESPECIAIS EM CLASSES REGULARES**

Apesar das dificuldades e barreiras, tanto físicas quanto humanas, as unidades escolares deverão passar por transformações que viabilizem a organização das classes comuns e do pedagógico especializado, para ocorrer à inclusão com qualidade, assim o processo de inclusão deverá ter sustentabilidade perante a aprendizagem em sala de aula, formulando trabalhos em equipe e constituições de redes de apoio, obtendo a participação da família no processo educativo e recursos da comunidade com atividades que favoreçam o aprofundamento e o enriquecimento de aspecto curricular aos alunos.

A escola deve oferecer condições para o atendimento inclusivo, a equipe pedagógica da escola e a família decidiram conjuntamente, com base em avaliação pedagógica. Assim para que ocorra inclusão de qualidade, a mesma poderá contar com classes especiais para o atendimento de caráter transitório, onde deverão ter professores das classes regulares e da educação especial, capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento as necessidades educacionais especiais do aluno

Os alunos inseridos precisarão da atuação de um professor da educação especial e de professores interpretes das linguagens e códigos aplicáveis, de sinais, o sistema Braille, e outros profissionais: psicólogo e fonoaudiólogos, itinerância, e apoios necessários a aprendizagem

Deverá ter temporalidade flexível do ano letivo, para atender as necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mentais ou graves deficiências múltiplas, de forma que possam concluir em tempo maior o currículo previsto para a série e etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme estabelecido por normas do sistema de ensino, procurando evitar grande defasagem da idade e série; condições para reflexão, ação e elaboração teórica da educação inclusiva com professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades e possibilidades sugeridas na relação pedagógica

Embora o conceito de inclusão não seja novo, sua prática tem exigido muitas discussões e até mesmo conceitos abrangentes nas questões como; cidadania, políticas públicas, movimentos sociais e interesses econômicos, pois a inclusão não significa apenas uma tendência evolutiva, mas um movimento sócio- político, que mostra o quanto à sociedade é excludente

A interação dos educandos no ambiente escolar é importante nesse processo de inclusão. Ao proporcionar oportunidades aos alunos portadores de necessidades educativas especiais, a escola não deve tê-los como os únicos beneficiados da escola, devido à pobreza, ao racismo, entre outras. Portanto, ao falar da prática de inclusão devem-se considerar todos aqueles que são portadores diante das exigências escolares

A prática da desmarginalização de portadores de necessidades especiais deve ser parte integrante de planos nacionais de educação, que objetivem atingir a educação para todos

A inclusão das crianças com necessidades especiais na escola regular decorre de uma nova compreensão sobre os fatores responsáveis pela exclusão escolar que se estende também para exclusão da sociedade. E importante, no entanto, destacar que essa exclusão não ocorre só com as crianças deficientes, mas também com crianças negras, surdas, cegas, as crianças com dificuldades de aprendizagem e as indígenas entre outras. Se elas forem diferentes fugirem aos padrões, estarão sujeitas a serem excluídas e seu destino, com adultos não serão diferente. (BOZZETO, 2002, p. 33).

Esses direitos ao educando é buscar de fato uma educação de qualidade, uma educação que esta relacionada para trabalhar com a diversidade. Sejam elas; etnia, religião, cor ou outra qualquer, viveu em sociedade que tudo é farsa, como se fosse todos iguais, mas esquecemos de ver que na realidade a única igualdade e nossa dignidade humana. Assim precisamos preparar as nossas crianças, jovens para uma única realidade, que o respeito às diferenças acabam sendo fundamental como postura ao direito humano.

## 2.2 O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO PORTADOR DA SÍNDROME DE DOWN

A função da educação nacional está relacionada em proporcionar ao educando uma formação necessária ao seu desenvolvimento de suas potencialidades, buscando assim prepará-lo para a qualificação do trabalho e preparo para o exercício social. O portador de síndrome down, quanto mais bem estimulada, a criança consegue desenvolver e com isso dar-se início ao processo de alfabetização, onde a própria criança consegue criar formas, conceitos e com isso perceber a realidade e ordenar o mundo que a rodeia e o que afirma.

Como qualquer outra criança, a criança com síndrome de down é um produto de sua herança genética sua cultura e seu ambiente e influenciada por pessoas e eventos. Ao entrar na escola as crianças se encontram em pleno processo de desenvolvimento e crescimento, de acordo com suas próprias capacidades de maturação e desenvolvimento. (PUESCHEL, 1990, p. 177).

Todas as atividades proposta devem ser desenvolvidas, procurando dar ênfase no contato e interação com os outros. Ter uma complementação, bem desenvolvidas através de jogos, da relação com colega e com materiais adequados. Sendo assim, o processo de aprendizagem será de forma agradável.

É importante que cada professor tenha o conhecimento das dificuldades e habilidades de cada criança. Cada professor possa ter o intuito de promover necessidade básica para a aprendizagem e seu desenvolvimento, buscando observar nas crianças os rendimentos, atitudes, motivação, interesse, relações pessoais, de forma de assumir tarefas e enfrentar situações.

Segundo Silva (2002, p. 15), os pontos destacados a seguir devem ser considerados no planejamento de situações votadas para aprendizagem da criança Down.

- Estruturar seu autoconhecimento;
- Desenvolver seu campo perceptivo;
- Desenvolver a capacidade de expressão;
- Progredir satisfatoriamente o desenvolvimento físico;
- Socialização para adquirirem bons;

- Atuar em situações do dia-a-dia;
- Adquirir conceitos de forma, quantidade, tamanho, espaço, tempo e ordem;
- Ler e interpretar textos;

O processo de aprendizagem da leitura e escrita das crianças com síndrome de down visualiza, no entanto, que este processo será facilitado se for permitido que a criança vivencie, interaja e experimente, com a realização das atividades relacionadas através da leitura e da escrita, ajustando a competência da criança ao contexto lingüístico, facilitando matérias da leitura escrita que são alguns dos princípios que devem nortear a aprendizagem da leitura e escrita.

## **2.3 O PAPEL DA FAMÍLIA**

A família tem importância fundamental na formação de todo cidadão. Quando há um bom relacionamento familiar, acaba sendo fundamental para a integração social.

A família é o maior tesouro na vida de qualquer criança, sendo ou não portador de deficiência. Ao enfatizarmos uma boa relação familiar, demonstra-se que a família está de acordo com aspectos que são considerados indispensáveis na vida do portador de necessidade especial.

Segundo Bolonhini (2004, p. 23). Os aspectos destacados a seguir devem ser considerados aspectos indispensáveis em uma boa relação familiar:

- Aceitação da deficiência pela família, assim como pelo próprio portador da necessidade especial;
- Conhecimento da família dos limites e potencialidade do deficiente e de sua possibilidade de integração social;
- A devida compreensão por parte do entre familiar sobre necessidade de informação a respeito da deficiência que acomete um de seus membros, visando prestar o auxílio devido para sua interação social;
- Conhecimentos dos direitos do portador de necessidade especial para que o cidadão deficiente possa ser devidamente orientado, sobre tudo na infância e

adolescência, e exigir o cumprimento das normas e a garantia de suas prerrogativas, dentre outras situações.

Quando o desprezo parte da família, o portador de necessidade especial pode ser também excluído da vida social, assim a família faz com que o portador perca mais um dos seus direitos, mas nem todos são respeitados pela sociedade e se a família não ajudar ficam excluídos.

Sabe-se que o aluno portador de necessidade especial, deve ter prioridade e respeito, possuem direito por lei de uma alfabetização propiciada as suas necessidades.

A família tem que estar preparada, para ajudá-lo de forma útil e adequada, que possam estar buscando os direitos do portador, oferecendo um mundo mais humano, sem preconceitos e proporcionar uma vida mais adequada, cheia de oportunidade, que prioriza a igualdade de todos e qualquer cidadão.

## **2.4 O PAPEL DA ESCOLA**

A escola tem papel fundamental sem dúvida alguma na formação de todo cidadão em relação ao portador de necessidades especiais. É através dela que o indivíduo passa interagir socialmente, obtendo conhecimento da vida social.

A escola tem um desafio muito grande em relação à inclusão, deve estar preparada para inserir alunos com necessidade especiais em classe comuns, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, buscando relacionar os direitos iguais a todos, sem discriminação; física, social, intelectual ou racial, para que todos sejam aceitos com suas necessidades especiais. E assim os trabalhos sejam voltados para desenvolver o seu potencial e que não haja nenhuma atitude que possa causar constrangimento.

O aprendizado escolar para portador de necessidade especial é" a chave que abre a porta" para a verdadeira integração social. Daí a necessidade da eliminação de barreiras arquitetônicas, da boa orientação didática-pedagógica, da política escolar de inclusão e, portanto, do preparo e aceitação por parte de entre escolar do cidadão portadores de deficiência. ("BOLONHINI, 2004, p. 25).

Sabe-se que a política escolar de inclusão é considerada um fruto de valores vindos de grandes debates internacionais, as provas de tudo são as escolas especializadas para o atendimento de determinados portadores de necessidades especiais como, por exemplo; o surdo-mudo e deficiente mental, que após as adaptações necessárias, deveriam ser atendidos na rede pública e particular como qualquer outro cidadão. E necessário entender que tudo isso significa oportunizar a todos os acessos e a permanência nas escolas, do mesmo modo que nosso sistema educacional precisa saber não só lidar com as desigualdades sociais, mas também com as diferenças.

A escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação de atender todas as crianças, sem exceção ser aberta a todos os seres humanos, buscando uma educação de qualidade, devendo acolher as pessoas com necessidade especiais, precisamos de uma nova escola que não tenha medo de se arriscar, com coragem suficiente para criar e questionar o que está estabelecida em lei, em busca de rumos inovadores as necessidades de inclusão de resposta para atender as diversidades, assim o processo pedagógico ficará mais fortalecido, proporcionando uma melhor qualidade de educação para todos se beneficiam e enriquecem na educação inclusiva: alunos, professores, família e a comunidade.

## CAPITULO III

### 3 A POLITICA NACIONAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial é prevista na constituição federal como dever do estado (art. 208, cap. III cf.) “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Devemos dar atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino. Percebe-se que ainda falta recurso e equipes de qualidades, tem inadequação do ambiente físico e falta de novas propostas para o ensino.

Sabe-se que o trabalho pedagógico com criança Down, é um processo demorado e de grande complexidade que exige dedicação para auxiliar no desenvolvimento global do indivíduo, com objetivos gerais e específico visando a garantia de um bom atendimento educacional ao aluno com necessidade especial. Alguns dos objetivos formulados a ser seguido segundo os estudos da autora Silva (2002, 15) são:

- Promover a alteração social;
- Desenvolver prática de educação física;
- Desenvolver a compreensão da realidade;
- Desenvolver a capacidade de expressão;
- Incentivar a autonomia;
- Progredir satisfatoriamente em desenvolvimento físico;
- Trabalhar cooperativamente;
- Adquirir conceitos de forma, quantidade, tamanho, espaço e ordem;
- Conhecer e aplicar regras básicas de segurança física;
- Desenvolver habilidades e adquirir e conhecimentos práticos, e valores que favoreçam seu comportamento no lar, na escola, e na comunidade;

Segundo Mills (apud SCHWARTZMAN, 1999, 233) “a educação da criança é uma atividade complexa, pois exige adaptações de ordem curricular que requerem cuidados e acompanhamento dos educadores e pais”. Para que a educação



especializada seja proposta, certas medidas devem ser tomadas em relação o aumento da oferta de serviço de educação especial, de equipamentos e equipes qualificadas, materiais didáticos especializados, espaço físico adequado a necessidades dos deficientes, assim, como criação de programas de preparo para o trabalho, estímulos, aprendizagem informal e orientação a família.

### **3.1 A AÇÃO PEDAGÓGICA JUNTO A CRIANÇAS DOWN**

A criança Down apresenta debilidades, sendo assim, o trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores devem ser realizado no ritmo da criança, proporcionando estimulações adequadas para que ocorra um bom desenvolvimento de suas habilidades. Devem ser criados programas e implantado de acordo com as necessidades específicas das crianças. (pedagogia ao pé da letra, 2011, [(?)].

Com a frequência obtida pela criança Down, em uma ação pedagógica, faz com que criança adquira progressivamente conhecimentos cada vez mais complexos que serão exigidos pelas sociedades e cujas bases são indispensáveis na formação de qualquer indivíduo. O ensino dessas crianças deve ocorrer de forma sistemática e organizada, seguindo passos previamente estabelecidos, o ensino não pode ser de maneira teórica e metódica e de forma que desperte o interesse da criança.

O professor deve oferecer situações que sejam desafiadoras, que levem os alunos a agirem sobre o ambiente, diante desse desafio a criança constrói seu conhecimento, possuindo uma maior noção de espaço e tempo, estabelecendo relações de causas e efeitos à medida que ele tem em vista algo desejado.

[...] a professora deve levar o aluno a desenvolver o aluno a sua capacidade de afirmar a si mesmo aos outros por símbolos ou palavras o que fez o que fará ou que aconteceu. Esta prestação de contas leva a criança a tomar consciência dos conhecimentos e lhe possibilita evoluir de um comportamento simplesmente ordenado (fazer as causa por hábitos) ate chegar o reconhecimento da necessidade lógica (dar justificativas de seus atos). (FERREIRA, 1998, 104).

Hoje, uma das maiores proporções em relação à educação da criança de forma geral, nesta fase que se estende do nascimento ao sexto ano de idade, nesse

período a educação infantil tem por objetivo promover na criança uma maior autonomia, experiências de interações sociais e adequações.

O professor deve incentivar o máximo possível na criança em situações diárias, fazendo que a criança desenvolva o ensino-aprendizagem, evoluindo gradativamente, os alunos a relatar sobre o que vão fazer, incentivando a fala, pois isto lhe dará oportunidade de tomar consciência de seus atos, ou seja, a criança vai organizando o mundo no seu pensamento, em sua perspectiva espacial, temporal e em suas significações.

Em crianças com síndrome de Down, é comum observar uma evolução desarmônica e movimento estereotipados. Esta dificuldade deve ser sanada através de um planejamento psicomotor bem direcionado. Quando a criança descobre seu corpo ela começa a construir uma imagem corporal e também começa a ter representações mentais, perceptiva e sensorial de si mesma. (Silva, 2002, [(?)]).

O corpo é um instrumento que deve se mover num espaço e ele é essencial para a construção do intelecto, serve também com órgão de trabalho gerador de experiência.

O conceito formal da educação consiste em repassar a criança conhecimento sem levá-la a vivenciar, ou seja, trabalhar esses conceitos com o portador de necessidades especiais, isso acaba tornando um ponto falho em relação o conceito formal da educação, pois para que a criança internalize uma informação não é suficiente que ele decore conceitos e sim participe da construção desde suas próprias idéias.

### **3.2 O CURRÍCULO**

Os currículos a serem desenvolvidos e o das diretrizes curriculares nacionais, para as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica: educação infantil, educação fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e

educação profissional. A escolarização formal, principalmente na educação infantil e/o nos anos iniciais do ensino fundamental, transforma o currículo escolar em um processo constante de revisão e adequação. Os métodos, técnicas, recursos educativos e organizações especificam da prática pedagógica, por sua vez tornam-se elementos que permeiam os conteúdos.

São poucos os currículos existentes para os portadores de Síndrome de Down, e se fizer uma análise e perceber que eles variam de acordo com a concepção que tem sobre a aprendizagem, educação e principalmente a possibilidade e o direito de aprender da criança com deficiência. Essa análise mostra que na maioria das vezes refletem uma confusão entre educação e reabilitação ou terapia, a discussão do direito a educação ainda não está muito esclarecida, observa-se que o atendimento feito a esses grupos de alunos freqüentemente estão sujeitos a condições restritas de ensino.

[...] as respostas a essas necessidades devem estar prevista no projeto pedagógico da Escola, não por meio de um currículo novo, mas da adaptação progressiva do currículo regular, buscando garantir que os alunos com necessidades especiais participem de uma programação tão normal quanto possível, mas considere as especificidades que as suas necessidades possam requerer. (MATO GROSSO, 2000, p. 53.)

O currículo em qualquer processo de escolarização transforma-se na síntese básica da educação. Isto possibilita afirmar que a busca da construção curricular deve ser entendida como aquela garantida na própria LDBEN, complementada quando necessária, com atividades que possibilitem ao aluno apresentar necessidades educacionais especiais, ter acesso ao ensino, a cultura, ao exercício da cidadania e a inserção produtiva.

O artigo 5º da LDBEN preceitua: “o acesso ao ensino fundamental e direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadão, associação comunitária, organização sindical entidade de classes ou outra legalmente constituída, ainda, o ministério público, acionar o poder público para exigi-lo”.

Os currículos devem ter uma base nacional comum. Conforme determinam os artigos 26, 27 e 32 da LDBEN, a ser suplementada ou complementada por uma parte diversificada, exigida, inclusive, pelas características dos alunos.

**Art. 26 - § 5º** – Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

**Art. 27.** Os conteúdos curriculares da Educação básica observarão ainda a seguinte diretrizes:

**I** - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática.

**II** – consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento.

**III** – Orientação para o trabalho;

**IV** – promoção do desporto educacional e apoio a práticas desportivas não - formais.

**Art. 32** – O ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

Em casos muito singulares, em que o educando com graves comprometimentos mentais e/ou múltiplos não possa beneficiar do currículo da base nacional comum deverá ser proporcionado um currículo funcional para atender as necessidades praticas da vida do educando.

### **3.3 INCLUSÃO**

Sabe-se que é comum em sala de aula ter crianças que não se enquadram aos padrões pré-estabelecidos pela comunidade escolar e percebe o no despreparo em saber lidar com as diferenças. As escolas convencionais esperam que todos tenham a mesma capacidade de entender ou até mesmo seguir as normas estabelecidas por elas. Tendo em vista a necessidade do cumprimento das mesmas

para o convívio harmonioso, construindo valores e promovendo relações interpessoais.

O que acaba sendo mais preocupante é em relação à inclusão e a forma com que ela vem sendo realizadas nas escolas públicas, simplesmente as crianças com vários tipos de necessidade especiais são incluídas em salas regulares, sem ao menos preparar e conscientizar os professores e muitos menos houve capacitação do mesmo, para que pelo menos pudessem aprender a trabalhar com os diversos tipos de deficiências e saber a usar metodologias adequadas para cada caso, sem rotular ou discriminar.

A educação inclusiva prioriza a matrícula de todas as crianças em escola regulares e lança o desafio de essas escolas desenvolverem uma pedagogia centrada, educando com sucesso aquelas com necessidades educativas especiais. (LUCAS, 2001: 30).

Cada pessoa tem uma forma diferente de construir seu próprio conhecimento através das inteligências múltiplas. Portanto, são necessárias as adaptações para melhor atender essas necessidades, estas preocupações nos levam a buscar caminhos que proporcionem condições favoráveis ao aprendizado. (Correa, 2011, [(?)]).

Na maioria ainda falta à conscientização de todos, que não sabem lidar com esses alunos “diferentes”, percebe-se que as escolas não possuem infraestrutura e não foram adaptadas para receber esses alunos, não oferecendo condições para tratá-los com dignidade possível.

Quero lembrar que a inclusão na escola regular não resolvera a questão da deficiência da criança, visto que é um problema real, (...) e que o trabalho dos professores em educação não é suficiente para a inclusão, se a sociedade não se prepara para receber essas crianças; ou seja, não podemos ser ingênuos de acreditar que uma lei resolve questão. (LUCAS, 2001, p. 31).

A escola, não está preparada para a convivência com os alunos que apresentam dificuldades de adaptações, bem como os quadros psicológicos, neurológicos e psiquiátricos, que ocasionam atrasos nos desenvolvimentos, dificuldades acentuadas de aprendizagens e prejuízo no relacionamento social. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em seu art. 59º determina que “os sistemas de ensino assegurarão ao educando com necessidades especiais (...)” o atendimento de suas necessidades educacionais com métodos e técnicas

necessárias, bem como capacitar professores, conscientizar toda a comunidade, reformular currículos, oferecer infraestrutura as escolas para adequarem de acordo com as necessidades do aluno.

Desta forma não somos justo, com os portadores de necessidades especiais, deixando de proporcionar uma inclusão verdadeira, digna aos portadores de deficiências, deixa a desejar, fazendo com que os educando não exerça sua própria cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa, percebe-se a importância do educador conhecer melhor não só a Síndrome de Down, mas também outras deficiências, para poder proporcionar ao portador de necessidade especial, condições necessárias para o seu desenvolvimento como um todo, com respeito e igualdade de atendimento educativo, buscando adequar metodologias de acordo com suas necessidades.

Nos últimos anos a inclusão tem sido um tema muito abordado nos meios educacionais. Pais e educadores procuram de certa forma ajudar a criança portadora de Síndrome de Down a desenvolver seu potencial e receber estimulação precoce o mais cedo possível, precisam de acompanhamento especializado para um desenvolvimento saudável. No entanto, as escolas do ensino regular, em sua maioria não estão preparadas para receber e oferecer educação de qualidade aos portadores de necessidades especiais.

Conclui-se, que há a necessidade de formação adequada aos educadores em educação especial, bem como, melhoramento no espaço físico da escola regular, adequados ao portador de necessidades.

Percebe-se o descontentamento dos professores e suas dificuldades para trabalhar com alunos inclusos, por não receberem suporte necessário para trabalhar com a inclusão. Faltam capacitações, materiais e adaptar o espaço físico, como também os recursos humanos para auxiliá-los.

Para que haja uma verdadeira inclusão, todos os meios sociais precisam estar comprometidos e acreditar no potencial do portador de síndrome de down, pois, mesmo com algumas limitações possuem capacidades de aprenderem e realizarem inúmeras atividades, podendo assumir com autonomia seu espaço na sociedade.

O bom trabalho de inclusão dentro de uma unidade escolar necessita de capacitações dos professores, interesses comuns e aceitação para trabalhar com a diversidade que a inclusão venha trazer, a escola deve ser adaptada para receber essas crianças, obtendo materiais adequados de acordo com suas especialidades. Assim, o profissional para trabalhar com a inclusão deve estar engajado na causa e tentar ter atitudes favoráveis ao processo, seja dentro da unidade escolar como em

sociedade, conscientizando do potencial dos alunos e preparando-os para viver em sociedade, aceitando os e respeitando as suas diferenças, todos os seres humanos são dignos de respeito e possuem potenciais diferenciados.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **A escola com que sempre sonhei sem pensar que pudesse existir**. 3ª edição. Campinas: Papyrus, 2001.

**APRENDEM Essas Crianças que não**. Direita publicação em língua portuguesa Brasil, Editora Vozes LTDA, Rua Frei Luis, 100 CEP 25689- 900 Petrópolis RJ.

BOLONHINI JUNIOR, Roberto. **Portadores de Necessidades Especiais**: as principais prerrogativas e a legislação brasileira – São Paulo: Arx, 2004.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Leis Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 96, de 20 de dezembro de 1998.

BRASIL. **Referencial curricular nacional**. Educação infantil. V. 1. Brasília: MEC\SEF, 1998.

CARVALHO, Erenice. N.S. – **Educação dos alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino**. Mensagem da APAE, Brasília, nº 83, ano XXXV: 30-32, out/dez 1998.

CORREA, Priscila. Educação Infantil. **Espaço para Brincar e Aprender!** 2011 Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.blogger.com/profile/10908744736532000691>. Acessado em 19 de out. 2011.

CURY, A. J. **Pais Brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

**DEFICIÊNCIA, Normas e Recomendações Internacionais Sobre**, Tradução de Edilson Alckmin Cunha. – 2ª ed.-Brasília: Corde 2001-111p: 21 cm.

DORIN, Lannoy. **Psicologia da infância e da adolescência**. Enciclopédia de psicologia contemporânea. São Paulo: Iracema. 1987. V. 2.

EDUCAÇÃO, Ministério da Secretaria de Educação Especial Projeto Escola viva. **Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola** – Alunos com necessidade educacionais especiais Brasília, c327 2000.

FERREIRA, Isabel Neves. **Caminhos do aprender**. Uma alternativa educacional para crianças portadoras D.M. 2. Ed. Rio de Janeiro: Apoio ABT, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz a Terra, 1978.

FREIRE, Rita. **Ambiente de inclusão**. TV Escola, Brasília, nº23: 26-34, MAI\ Jun 2001.

**INCLUSÃO, Revista da Educação Especial**, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial v.1, n.1 (out. 2005) – Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

**INCLUSÃO, Saberes da Prática DA**: Recomendações para a construção de escolas inclusivas \ coordenação geral SEESP \ MEC – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

LETRA, Pedagogia ao pé da. **Aprendizagem do aluno com síndrome de Down**, 2011. Disponível em: <http://www.pedagogiaaopedaletra.com/posts.25/04/2011>.

LUCAS, Andrea da cruz. **O desafio da educação inclusiva**. Revista Criança do professor de educação infantil, Brasília, nº35: 30- 31, dez. 2001.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga, **Portadores de deficiência**: a questão da inclusão social. São Paulo. Perpec; junho 2000, Vol.14. Nº2, p.51-56: ISSN01028839. Acessado em 29/10/2011.

MAIA, Geramana Girão Gonçalves. **Aspectos do sistema estomatognático na Síndrome de Down**. Fortaleza, 1998. IN: [HTTP://www.cefac.br](http://www.cefac.br).

MATO GROSSO, Seduc. **Escola ciclada de Mato Grosso**: novos tempos e espaços para ensinar – aprende, ser e fazer. Cuiabá: Seduc, 2000.

PUESCHEL, Sugfried (org) **Síndrome de Down**. Guia para pais e educadores. São Paulo: Papyrus, 1990. (serie Educação Especial).

ROKEMBACH, Arnildo Laurencio. **Relacionamentos alunos-professores na construção do conhecimento**. Ijuí: Unijuí, 2003.

SARTORATO, Camila. **PORTADORES - DE- DOWN**. 2002. Disponível em: <http://WWW.camilasartorato.wordpress.com/2007/06/26/vencem/barreira>. Acessado em 19/11/2011.

SCHWARTZMAN, J, S, **Síndrome de Down**, São Paulo: MACKEN, 1999.

SILVA, Roberta Nascimento Antunes. A Educação especial da criança com Síndrome de Down. **Pedagogia em Foco**, 2002. Disponível em: <http://www.Pedagogiaemfoco.pro.br/Spdsixo7btm>. Acessado em 15/10/2011.

STAINBACK, Susam e William, **Inclusão**: um guia para educadores; Magda França Lopes, Porto Alegre, Artes Medicas sul, 1999.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WA, 1997.